

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

Instituição Particular de Solidariedade Social Estatutos aprovados em 28/05/2015 NISS
20006297647

NIPC 501394427

Rua José Travassos, 23-B

1600-410 Lisboa, Portugal +351212438971 | crechesmiguelarcanjo@gmail.com

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Manuel Lourenço de Sousa Alvim Calado Cortes (Presidente)

Manuel José Malfeito Ferreira (Primeiro Secretário)

Ana Maria Galán de Matos Coimbra Nobre Gonçalves (Segundo Secretário)

DIREÇÃO

Miguel Nuno Macedo Vilaça (Presidente)

Marta Maria Cardoso Roque Núncio (Vice-Presidente)

Graça Maria Santos Matos (Vogal)

Gonçalo Marques dos Santos Belo (Tesoureiro)

Mafalda Aleixo Malfeito Ferreira (Vogal)

CONSELHO FISCAL

Duarte Nuno d'Orey da Cunha (Presidente)

Miguel Maria Pereira da Cunha Caldeira Cordovil (Vogal)

Carlos Seixas da Fonseca (Vogal)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES, CONTAS – AJE 2024

1. Introdução

A Associação José Estêvão (AJE), enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolveu ao longo do ano de 2024 um conjunto de atividades focadas no crescimento e consolidação da sua principal valência, a Creche São Miguel Arcanjo. Este relatório apresenta um resumo das atividades realizadas, uma análise financeira baseada no balancete e contas do período.

A Associação José Estêvão (AJE) é uma IPSS historicamente sediada na freguesia do Lumiar, aberta à inscrição de Associados e que tem como objeto de atuação a intervenção social em todos os extratos etários. Após um período de inatividade, um conjunto de associados ressuscitou a AJE, elegeu a implantação de uma Creche como o seu primeiro projeto de intervenção e criou condições para que esse projeto se tornasse realidade.

A Creche São Miguel Arcanjo embora localizada na freguesia do Lumiar, beneficiando de excelentes acessibilidades, enquadramento num bairro recente e proximidade a um número significativo de colégios, possui um âmbito geográfico de atuação em todo o concelho de Lisboa.

Possui um quadro de pessoal adaptado à capacidade, correspondendo aos requisitos legais e ao estabelecido no Acordo com a Segurança Social, constituído por profissionais com experiência na atividade, apoiados por colaboradores mais jovens.

Em outubro de 2024, registou-se uma alteração na Direção da Associação, com a renúncia do presidente Dinis Pedro Marques da Silva. Perante esta situação, o vogal da Direção Miguel Nuno Macedo Vilaça assumiu a presidência, tendo sido convidada para o cargo de vogal Mafalda Aleixo Malfeito Ferreira.

2. Atividades Desenvolvidas em 2024

No decorrer de 2024, a AJE expandiu a sua capacidade de resposta com a abertura de uma nova sala na creche, permitindo aumentar a lotação para 45 crianças. Esta nova sala, situada

na transição entre o berçário e a sala dos 12 meses, possibilita uma adaptação mais ajustada às necessidades do desenvolvimento individual de cada criança.

Depois de um período com várias rotações de quadros, a equipa de colaboradores atingiu a estabilidade desejável, tendo evoluído significativamente, no ajustamento à linha de valores que perseguimos. Tal facto não é alheio à exigência que se coloca nos critérios de seleção e recrutamento e ao acompanhamento *on job* que se faz aos novos elementos.

No início do ano lectivo 2024/2025, foi implementada uma abordagem pedagógica transversal a todas as salas, com os temas ajustados a cada faixa etária. Este ano *lectivo* decidiu-se abordar o tema Educar pela Arte. O Primeiro trimestre, entre setembro e dezembro, foi dedicado à pintura tendo como base "Noite Estrelada", a obra de Vincent Van Gogh. Cada Educadora desenvolveu o tema adaptando à idade das suas crianças. No final a proposta era decorar, em conjunto, a parede onde colocamos o nosso Presépio com os trabalhos das crianças com base na obra do Van Gogh.



O trabalho foi árduo

Sala aquisição de marcha



Sala 1 ano



Sala 2 anos



As peças foram ganhando forma



E o resultado apareceu



É um modelo que funciona bem, mesmo com crianças mais pequenas e vamos adoptar nos próximos anos.

O ano de 2024 foi também um período de transição em termos financeiros. As receitas totais da Associação atingiram os 274.616€ (226.982€ em 2023), refletindo o aumento progressivo das mensalidades e subsidio com a chegada de novas crianças. No entanto, as despesas operacionais ascenderam a 264.410€ (207.253€ em 2023), o que, embora próximo do equilíbrio, foi impactado pelo aumento das amortizações, que totalizaram 25.100€. Assim, o resultado líquido fechou o ano com um saldo negativo de -14.894€, consequência do crescimento da estrutura da creche sem a correspondente maturação total da receita. Apesar deste resultado, a Associação manteve um nível de reservas suficiente para assegurar a continuidade da operação sem comprometer os serviços prestados.

3. Estratégias para Sustentabilidade e Crescimento

Um desafio da associação já identificado há muito tempo, é o número reduzido de associados, o que representa um risco para a continuidade da AJE a longo prazo, tanto do ponto de vista institucional como do ponto de vista financeiro, dada a falta de receitas provenientes das

quotas. Para 2025, um dos principais objetivos será o aumento do número de associados, nomeadamente através da sensibilização dos pais das crianças que beneficiam dos serviços da creche para se tornarem sócios. Acredita-se que esta estratégia poderá reforçar o vínculo dos pais à instituição, permitindo que alguns se mantenham ligados à AJE mesmo após a saída dos filhos e, eventualmente, possam colaborar futuramente como voluntários ou integrar os órgãos sociais.

Com o aumento do número de associados, surge também a necessidade de reforçar a comunicação e a transparência das atividades desenvolvidas. Assim, está prevista a criação de pelo menos duas newsletters anuais, para partilhar informações sobre o funcionamento da creche e os projetos da AJE.

Com o crescimento e amadurecimento contínuo da operação, torna-se imperativo a adoção de uma solução tecnológica que controle a gestão financeira da associação e da creche. Em 2025, iniciaremos um estudo sobre a viabilidade da implementação de um software especializado, que atenda de forma eficaz às necessidades operacionais e esteja alinhado com as nossas disponibilidades. Esta ferramenta permitirá maior controle, eficiência e transparência na administração dos recursos, contribuindo decisivamente para o aprimoramento das nossas práticas de gestão

4. Análise das Contas de 2024

Em termos globais, o ano foi marcado por um período de transição no que diz respeito à operação e exploração. A abertura de uma nova sala implicou custos iniciais significativos, os quais não foram imediatamente compensados pela receita gerada. O quadro de pessoal foi ajustado e os custos operacionais aumentaram a partir de Fevereiro, enquanto as receitas provenientes das crianças apresentaram uma evolução ao longo do ano. Esse cenário refletiu-se diretamente no resultado operacional, antes de impostos e amortizações, que registou um valor positivo de 10.205€, indicando que a operação praticamente atingiu o ponto de equilíbrio.

Com a reavaliação dos ativos realizada no ano anterior, o montante das depreciações aumentou consideravelmente, chegando a 25.100€, um acréscimo de 73% face a 2023. Esse impacto refletiu-se no resultado líquido contabilístico, que foi negativo no valor de 14.894€. Espera-se que esta situação possa ser mitigada nos próximos exercícios, de forma progressiva.

Esta questão não representa uma ameaça para a AJE, uma vez que a, a situação financeira da associação continua sólida, mantendo as reservas e disponibilidades adequadas para cobrir mais do que um ciclo mensal de operação da creche.

Em relação à equipe de colaboradores, houve o ajustamento salarial possível, nomeadamente os decorrentes do aumento do salário mínimo e um ajuste aos colaboradores que estavam mais desfasados do quadro de referência entre pares.

Temos atualmente definidos objetivos salariais, de acordo com o que entendemos por justo, relativamente à atividade exigida de cada função. Embora ainda distantes, serão uma referência para gradualmente aumentar os valores conforme a evolução das condições financeiras e as disponibilidades da associação, sem nunca pôr em causa o normal funcionamento da creche.

5. Análise ao Orçamento de 2025

Para 2025, o orçamento da AJE deve concentrar-se no aumento das receitas e na otimização dos custos. Com a creche em pleno funcionamento e a lotação total prevista, as receitas projetadas ascendem a 288.110€. Paralelamente, prevê-se um esforço para manter os custos operacionais dentro de um limite controlado, estimando-se despesas totais de 268.886€. Assim, espera-se um resultado operacional positivo de 19.224€. No entanto, as amortizações continuarão a representar um peso significativo, o que poderá gerar um resultado líquido negativo de -5 846€. Ainda assim, esta projeção representa uma melhoria face a 2024 e demonstra a tendência para um maior equilíbrio financeiro ao longo do tempo.

O reforço da comunicação com os associados e a transparência na apresentação de resultados serão medidas essenciais para garantir a credibilidade da AJE e incentivar o envolvimento da comunidade. Além disso, a aposta na digitalização e na modernização administrativa, com a implementação de um software de gestão financeira, permitirá um acompanhamento mais eficiente das contas e uma maior previsibilidade financeira.

Assim, 2025 apresenta-se como um ano de consolidação e estabilização financeira, permitindo que a Associação continue a crescer de forma sustentável e a cumprir a sua missão social. A implementação de medidas estratégicas, a captação de novos associados e a

otimização dos custos operacionais serão fundamentais para garantir a sustentabilidade da AJE nos próximos anos.

6. Demonstrações Financeiras

O presente relatório de gestão é completado pelo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração de Fluxos de Caixa, Demonstração de Fundos Patrimoniais e respetivos Anexos às Demonstrações Financeiras.

7. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido negativo do presente exercício, no valor de 14.894,39€ Euros, seja transferido para a rubrica de resultados transitados.

8. Dívidas ao Estado

No final do exercício de 2024 a Instituição não possui nenhum valor em dívida à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

9. Agradecimentos

As atividades prestadas pela AJE, em particular através da Creche de São Miguel Arcanjo, têm proporcionado, não raras vezes, momentos de grata satisfação pessoal e coletiva, quer pelos objetivos alcançados por uma Organização em crescimento e consolidação, quer sobretudo pela constatação do desenvolvimento das Crianças que nos são confiadas.

Pelo exposto, todos os Colaboradores, Voluntários e Membros dos Órgãos Sociais agradecem, humildemente, serem testemunhas destes percursos e sentem-se crescentemente envolvidos numa Cultura de Serviço e de prestação de elevados níveis de qualidade.

Os Órgãos Sociais agradecem a todos os Associados a confiança depositada e aprofundam especialmente esse agradecimento a todos os que anteriormente ocuparam cargos estatutários.

Um agradecimento final é igualmente devido aos Serviços da Segurança Social, instituição que formalizou o Acordo com a Associação José Estevão, sem o qual, a atividade de grande qualidade que nos propomos atingir, não seria possível de alcançar.

Lisboa, 15 de março de 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31.12.24	31.12.23
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos Tangíveis	10	1.103.429,83	1.127.430,91
Activos intangíveis	11	0,00	0,00
Investimentos financeiros	14	1.755,01	1.755,01
		1.105.184,84	1.129.185,92
Activo corrente			
Créditos a receber		383,00	180,00
Estado e outros entes públicos	12	1.152,58	0,00
Diferimentos	13	247,94	243,80
Outros activos correntes	15	13.564,59	8.433,27
Caixa e depósitos bancários	4	45.753,77	47.258,96
		61.101,88	56.116,03
Total do ACTIVO		1.166.286,72	1.185.301,95
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	16	11.494,00	11.494,00
Outras reservas		260,64	
Resultados transitados	16	40.639,57	35.687,35
Excedente de revalorização	16 10	1.095.996,67	1.095.996,67
Resultado líquido do período	16	(14.894,39)	5.212,86
Total do Fundo Patrimonial		1.133.496,49	1.148.390,88
PASSIVO			
Passivo não corrente			
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		1.238,20	2.598,05
Estado e outros entes públicos	12	4.138,76	3.084,15
Diferimentos	13	2.130,00	10.617,20
Outros passivos correntes	17	25.283,27	20.611,67
		32.790,23	36.911,07
Total do Passivo		32.790,23	36.911,07
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		1.166.286,72	1.185.301,95

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		31.12.24	31.12.23
Vendas e serviços prestados	+ 5	31.987,43	50.885,48
Subsídios, doações e legados à exploração	+ 6	241.172,94	170.224,47
Fornecimentos e serviços externos	- 7	(67.675,63)	(58.957,72)
Gastos com pessoal	- 8	(196.407,17)	(148.179,59)
Outros rendimentos e ganhos	+ 9	1.455,47	5.872,06
Outros gastos e perdas	-	(327,77)	(115,72)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	10.205,27	19.728,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 10	(25.099,66)	(14.516,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	(14.894,39)	5.212,86
Juros e rendimentos similares obtidos	+		
Juros e gastos similares suportados	-		
Resultado antes de impostos	=	(14.894,39)	5.212,86
Imposto sobre rendimento do período	-/+ 9		
Resultado líquido do período	=	(14.894,39)	5.212,86

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	11.494,00	4.499,05	31.188,30	47.181,35		47.181,35
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas					0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					0,00		0,00
Excedentes de revalorização		1.095.996,67			1.095.996,67		1.095.996,67
Ajustamentos por impostos diferidos					0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			31.188,30	(31.188,30)	0,00		0,00
	2	1.095.996,67	31.188,30	(31.188,30)	1.095.996,67	0,00	1.095.996,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			5.212,86	5.212,86		5.212,86
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			(25.975,44)	1.095.996,67	0,00	1.095.996,67
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos					0,00		0,00
Subsídios, doações e legados					0,00		0,00
Distribuições					0,00		0,00
Outras operações					0,00		0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	1.107.490,67	35.687,35	5.212,86	1.148.390,88	0,00	1.148.390,88

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	11.494,00	35.687,35	5.212,86	52.394,21		52.394,21
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Primeira adopção de novo referencial contabilístico					0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas					0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras					0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					0,00		0,00
Excedentes de revalorização		1.095.996,67			1.095.996,67		1.095.996,67
Ajustamentos por impostos diferidos					0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		260,64	4.952,22	(5.212,86)	0,00		0,00
	2	1.096.257,31	4.952,22	(5.212,86)	1.095.996,67	0,00	1.095.996,67
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			(14.894,39)	(14.894,39)		(14.894,39)
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			(20.107,25)	1.081.102,28	0,00	1.081.102,28
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Fundos					0,00		0,00
Subsídios, doações e legados					0,00		0,00
Distribuições					0,00		0,00
Outras operações					0,00		0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	1.107.751,31	40.639,57	(14.894,39)	1.133.496,49	0,00	1.133.496,49

O Contabilista Certificado

A Direção

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

euros

RUBRICAS			NOTAS	Períodos	
				N	N-1
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>					
Recebimentos de clientes e utentes		+		23.552,32	54.396,78
Pagamentos a fornecedores		-		(71.586,15)	(62.092,77)
Pagamentos ao pessoal		-		(155.993,80)	(145.532,46)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(204.027,63)	(153.228,45)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+			
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		(31.528,40)	1.549,20
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-		(235.556,03)	(151.679,25)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-		(1.098,58)	(22.824,24)
Recebimentos provenientes de:					
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-		(1.098,58)	(22.824,24)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos		+			
Realizações de fundos		+			
Cobertura de prejuízos		+			
Doações		+			
Outras operações de Financiamento		+		235.149,42	167.223,45
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos		-			
Juros e gastos similares		-			
Dividendos		-			
Reduções de fundos		-			
Outras operações de financiamento		-			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)			235.149,42	167.223,45
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(1.505,19)	(7.280,04)
Efeito das diferenças de câmbio		+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-		47.258,96	54.539,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	15	45.753,77	47.258,96

O Contabilista Certificado

A Direção

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

1. Identificação da Entidade

A Associação de Instrução, Educação e Beneficência, denominada Sociedade de Instrução e Beneficência José Estêvão, abreviadamente designada Associação José Estêvão (Lumiar), fundada por Alvará de vinte e seis de julho de mil, novecentos e onze, e é agora designada por AJE – Associação José Estêvão, com sede na rua José Travassos n 23 B, concelho de Lisboa, e com NIPC 501 394 427.

A Associação José Estêvão tem como objecto social:

- a) O apoio a crianças e jovens;
- b) O apoio à família;
- c) O apoio à integração social e comunitária;
- d) A protecção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

- 2.1. O decreto-Lei 158/2009, de 13 de julho, aprovou o regime de normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL), e que corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, actividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro, traduzindo a situação da Associação José Estêvão.

Adota, portanto, os modelos das demonstrações financeiras constantes da Portaria 220/2015, de 24 de julho, bem como a norma contabilística e de relato financeiro constante do despacho n.º 262/2015, de 16 de julho.

Sempre que o SNC ESNL não responda a aspetos particulares de transações ou situações, são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

- 2.2. Considera-se que as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2024 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023.

3. Principais políticas contabilísticas

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas, com exceção dos imóveis, propriedade da Fundação, que foi reavaliado no presente exercício.

As depreciações são calculadas, em duodécimos, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamento básico	3 a 10
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros ativos tangíveis	3 a 8

A reavaliação dos ativos teve por base o relatório de avaliação imobiliária da Sociedade NCG Avaliações imobiliárias, Lda, com o registo na CMVM nº PAI/2004/0029. De acordo com o parágrafo 35 da NCRF 7 a empresa optou por eliminar contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Ativos Intangíveis

À semelhança dos ativos fixos tangíveis, os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Imparidade dos activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)”, ou na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)”, caso a mesma respeite a ativos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica suprarreferida. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Instrumentos financeiros

i) Créditos a receber

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

ii) Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

iii) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros, e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Rédito

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando (i) a quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação possam ser fiavelmente mensurados.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Contabilização dos subsídios e outros apoios

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidas e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registrados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respectivas dos ativos subsidiados.

Igual procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de ativos depreciables.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: (i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis, (ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e (iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Fluxos de Caixa

A rubrica decompõe-se como segue:

Rubricas	2024	2023
Caixa	106,60	5,79
Conta depósito à Ordem BCP	45.647,17	47.253,17
Total	45.753,77	47.258,96

5. Vendas e Serviços Prestados

A rubrica decompõe-se como segue:

Rubricas	2024	2023
Serviços Creche	31.713,43	50.537,48
Outros serviços de acordo com estatutos		
Quotas	274,00	348,00
Total	31.987,43	50.885,48

A redução dos serviços prestados está relacionada com a adesão da AJE à bolsa de creches a partir de 1 de janeiro de 2023, o que se traduziu na redução dos valores faturados e um aumento do subsídio recebido.

6. Subsídios, doações e legados à exploração

A rubrica decompõe-se como segue:

Rubricas	2024	2023
Compensação aumento valor RMMG		
Subsídios protocolo segurança Social - IPSS	240.259,13	170.224,47
Donativo recebido (consignação IRS)	913,81	
Total	241.172,94	170.224,47

O valor registado em subsídios recebidos ao abrigo do protocolo com a Segurança Social compreende:

- 234.235,61€ de subsídios recebidos em 2024 e referentes ao próprio ano
- Reduzido de 6.084,89€ de acréscimo de proveitos referente a subsídio de dezembro de 2023 recebido apenas em 2024

- E acrescido de 12.108,41€ de subsídio referente a dezembro 2024 recebido em 2025

7. Fornecimentos e Serviços Externos

Rubricas	2024	2023
Subcontratos	28.604,58	24.711,51
Trabalhos especializados	7.130,08	6.795,36
Honorários	3.418,01	1.036,03
Conservação e reparação	79,95	1.538,74
Outros	1.350,94	1.305,34
Materiais	4.043,33	5.912,56
Energia e Fluidos	4.967,80	3.929,12
Serviços Diversos	18.080,94	13.729,06
Total	67.675,63	58.957,72

O aumento de gastos nas diversas rubricas, face ao exercício anterior, está relacionado com o aumento da inflação verificado no exercício e aumento do número de crianças devido ao aumento da capacidade.

A rubrica subcontratos respeita aos gastos com refeições adquiridas e fornecidas aos alunos da creche.

A rubrica Honorários compreende os valores suportados com trabalhadores independentes que colaboram e garantem o funcionamento das atividades extracurriculares e manutenção da creche.

Os serviços diversos incluem os artigos de limpeza, bem como o material para atividades ou alimentos para lanche da creche, serviços de comunicação.

A rubrica Materiais regista o fornecimento diverso de ferramentas e mobiliário, de reduzido valor e vida útil, para funcionamento da creche.

8. Gastos com o pessoal

Rubricas	2024	2023
Remunerações do pessoal	160.747,24	117.573,37
Encargos sobre remunerações	32.842,83	25.835,44
Seguro acidentes pessoais	2.389,50	2.443,72
Outros gastos com o pessoal	427,60	2.327,06
Total	196.407,17	148.179,59

O número médio de funcionários em 2023 foi de 10 funcionários enquanto em 2024 foi de 11. Assim, o aumento do valor das remunerações está com isso relacionado, bem como com o aumento do salário mínimo nacional, e com o facto de o pagamento de subsídio de almoço em 2023 apenas ter sido pago entre setembro e dezembro (3.163,50€), isto é, apenas pagaram 4 meses, enquanto em 2024 foram pagos 12 meses (11.778,15€).

9. Outros Rendimentos

Rubricas	2024	2023
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	531,22
Restituição de IVA	1.452,23	4.717,10
Outros rendimentos e ganhos	3,24	623,74
Total	1.455,47	5.872,06

A restituição de IVA inclui a devolução pela AT de 50% do IVA suportado com as refeições servidas na creche, a sua redução relativa a 2023 justifica-se com o facto de em 2023 ter sido recuperado IVA referente a obras realizadas na creche.

10. Ativos Fixos Tangíveis

Esta rubrica regista duas frações autónomas na Rua José Travassos, nº 23, r/c A e r/c B, bem como 2 lugares de estacionamento, prédios esses permutados em 13 de abril de 2016, por dois artigos correspondentes ao edifício situado na Alameda das Linhas de Torres, 232.

No exercício anterior procedeu-se à revalorização dos imóveis registados na AJE com referência à data de maio 2023 (data da aprovação em ata pela direção), com base da avaliação realizada por perito independente e registado na CMVM.

Na avaliação foi utilizado o método comparativo por referência a preços observáveis num mercado ativo ou em transações de mercado recentes numa base de não relacionamento

entre as partes ou foi estimado usando outras técnicas de valorização. O perito atribuiu ao edifício uma vida útil de 50 anos, pelo que a depreciação passou a ser efetuada utilizando esta vida útil de referência.

A depreciação acumulada à data da revalorização foi eliminada contra a quantia escriturada bruta do ativo, sendo a quantia líquida reexpressa para a quantia revalorizada do ativo.

O aumento da quantia escriturada do ativo, em resultado de uma revalorização, foi creditado diretamente ao capital próprio numa conta com o título de excedente de revalorização

Activos fixos tangíveis		Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Totais
Em 0101N-1	Quantias brutas escrituradas	22.667,50	8.141,94	872,99	31.682,43
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(4.848,39)	(2.955,27)	(748,64)	(8.552,30)
	Quantias líquidas escrituradas	19.031,21	6.270,60	415,37	25.717,18
Adições		22.820,23			22.820,23
Revalorizações		1.105.000,00			1.105.000,00
Transferências					0,00
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda					0,00
Alienações, sinistros e abates					0,00
Outras alterações		(9.003,33)			(9.003,33)
Depreciações		(13.307,84)	(1.083,93)	(124,35)	(14.516,12)
Perdas por imparidade					0,00
Em 3112.N-1 (0101N)	Quantias brutas escrituradas	1.141.484,40	8.141,94	872,99	1.150.499,33
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(18.156,23)	(4.039,20)	(872,99)	(23.068,42)
	Quantias líquidas escrituradas	1.123.328,17	4.102,74	0,00	1.127.430,91
Adições			1.098,58		1.098,58
Revalorizações					0,00
Transferências					0,00
Reclassificações para activos não correntes detidos para venda					0,00
Alienações, sinistros e abates					0,00
Outras alterações					0,00
Depreciações		(23.878,41)	(1.221,25)		(25.099,66)
Perdas por imparidade					0,00
Em 3112.N	Quantias brutas escrituradas	1.141.484,40	9.240,52	872,99	1.151.597,91
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(42.034,64)	(5.260,45)	(872,99)	(48.168,08)
	Quantias líquidas escrituradas	1.099.449,76	3.980,07	0,00	1.103.429,83

O aumento das depreciações está relacionado com o facto da revalorização se ter reportado a maio de 2023 e em 2024 já ter o impacto de 12 meses de depreciações.

11. Ativos Fixos Intangíveis

O valor registado em ativos intangíveis respeita à construção do site da Associação.

Activos intangíveis		Outros ativos intangíveis	Totais
Em 0101N-1	Quantias brutas escrituradas	655,00	655,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(655,00)	(655,00)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00
Adições			0,00
Revalorizações			0,00
Transferências			0,00
Reclassificações para activos não correntes			0,00
Alienações, sinistros e abates			0,00
Outras alterações			0,00
Depreciações			0,00
Perdas por imparidade			0,00
Em 3112.N-1 (0101N)	Quantias brutas escrituradas	655,00	655,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(655,00)	(655,00)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00
Adições			0,00
Revalorizações			0,00
Transferências			0,00
Reclassificações para activos não correntes			0,00
Alienações, sinistros e abates			0,00
Outras alterações			0,00
Depreciações			0,00
Perdas por imparidade			0,00
Em 3112.N	Quantias brutas escrituradas	655,00	655,00
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	(655,00)	(655,00)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00

12. Estado Estado e Outros Entes Públicos

Estado e outros entes públicos	2023	2022
Activo	1.152,58	0,00
IVA - Reembolsos pedidos	1.152,58	0,00
Passivo	4.138,76	3.084,15
IRC a pagar	0,00	0,00
Retenção de impostos sobre o rendimento	354,61	359,95
Contribuições para a Segurança Social	3.784,15	2.724,20
Fundos de compensação	0,00	0,00
Total	(2.986,18)	(3.084,15)

13. Diferimentos

Diferimentos	2023	2023
Gastos com seguros a reconhecer	247,94	243,80
Rendimentos a reconhecer	(2.130,00)	(10.617,20)
Total	(1.882,06)	(10.373,40)

Os rendimentos a reconhecer dizem respeito a faturas emitidas em 2024 referentes aos meses de 2025 do ano letivo 2024/2025

14. Investimentos financeiros

Esta rubrica regista o valor de fundo de compensação relativo aos funcionários.

15. Outros ativos correntes

Rubrica	2024	2023
Acrescimo de proveitos - subsidios Seg.Social	12.108,41	6.048,89
Outros devedores	1.080,00	2.008,20
cauções	376,18	376,18
SubTotal	13.564,59	8.433,27

16. Fundo Social

A Associação José Estevão, sendo uma entidade jurídica sem finalidade lucrativa, não possui capital na sua constituição capital social, contudo fruto do legado do benemérito que promoveu a constituição desta instituição foram deixados vários bens que constituíram o seu capital inicial, nomeadamente o edifício da Alameda de Linhas de Torres, 232, entretanto permutado com a sede atual.

Em 2023 procedeu-se à reavaliação dos imóveis propriedade da AJE (ver nota 10), cujo excedente foi registado na rubrica de fundos próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Fundo social	11.494,00			11.494,00
Reservas		260,64		260,64
Resultados transitados	35.687,35	4.952,22		40.639,57
Excedente de Revalorização	1.095.996,67			1.095.996,67
Resultado Líquido do exercício	5.212,86	(14.894,39)	(5.212,86)	(14.894,39)
Total	1.148.390,88	(9.681,53)	(5.212,86)	1.133.496,49

17. Outros passivos correntes

Rubricas	2024	2023
Outros credores	123,64	102,38
Acréscimo de gastos	25.159,63	20.509,29
utentes credores		
Total	25.283,27	20.611,67

O valor registado em Acréscimo de Gastos é referente a Férias e Subsídio de Férias dos funcionários referentes a 2024 e a serem pagas em 2025, a variação entre os anos de 2024 e 2023 deve-se ao aumento da massa salarial.

18. Informações exigidas por outros diplomas legais

Nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro, a Entidade não apresenta, à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras ou na data a que as mesmas se reportam, quaisquer dívidas ao Estado e outros entes públicos em situação de mora.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a Entidade tem, à data de elaboração das presentes demonstrações financeiras ou na data a que as mesmas se reportam, a sua situação regularizada perante a Segurança Social dentro dos prazos legalmente estipulados.

19. Acontecimentos após a data do Balanço

Não existem acontecimentos após a data do balanço a assinalar.

Lisboa, 12 de Março de 2025

A Direção

O contabilista Certificado

ANEXO II

ORÇAMENTO 2025

Mês	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
CUSTOS COM PESSOAL	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	15 752,24 €	16 108,95 €	16 108,95 €	16 108,95 €	16 108,95 €	190 454 €
SUBSIDIO REFEIÇÃO	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €		1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	1 089,00 €	11 979 €
ATIVIDADES EXTRACURRICULARES	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	627,00 €	7 524 €
MATERIAIS PARA ATIVIDADES	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	1 200 €
CATERING	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €		2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	2 600,00 €	28 600 €
LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO, ESCRITÓRIO	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	300,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	1 000,00 €	11 300 €
ENERGIA	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	300,00 €	3 600 €
ÁGUA	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	100,00 €	1 200 €
COMUNICAÇÕES	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	80,00 €	960 €
CONDOMINIO (TRIMESTRAL)	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	123,30 €	1 480 €
CONTABILIDADE	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	307,50 €	3 690 €
SEGUROS	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	166,66 €	2 000 €
Outros Custos	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	500,00 €	6 000 €
CUSTOS TOTAIS	22 746 €	22 746 €	22 746 €	22 746 €	22 746 €	22 746 €	22 746 €	18 357 €	23 102 €	23 102 €	23 102 €	23 102 €	269 986 €
RECEITAS MENSAIS ESTIMADAS	24 127 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	22 714 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	24 127 €	288 110 €
RESULTADO OPERACIONAL	1 381 €	1 381 €	1 381 €	1 381 €	1 381 €	1 381 €	1 381 €	4 357 €	1 025 €	1 025 €	1 025 €	1 025 €	18 124 €
AMORTIZAÇÕES	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	2 089 €	25 070 €
RESULTADO LIQUIDO	- 708 €	- 708 €	- 708 €	- 708 €	- 708 €	- 708 €	- 708 €	2 268 €	- 1 065 €	- 1 065 €	- 1 065 €	- 1 065 €	-6 946 €